

Área Temática: Gestão Tecnológica
***Accountability* e Governo Eletrônico:**
Uma análise sobre a participação popular.

AUTORES

RAIMUNDO NONATO LIMA FILHO

Universidade do Estado da Bahia
raimundolima@ufba.br

PAULO EVERTON MOTA SIMÕES

Universidade Federal da Bahia
pauloevertton@gmail.com

MATEUS SANTOS DA SILVA

Universidade Federal da Bahia
mecoadm@gmail.com

SURAYA BRITO CHAGAS

Fundação Visconde de Cairu
surayachagas@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de analisar o grau de participação popular em mecanismos do governo eletrônico e *accountability*. A justificativa e relevância da pesquisa estão na lacuna empírica existente entre a ênfase que vem sendo dada pela teoria no envolvimento dos cidadãos no exercício do controle político do governo e uma consulta a um segmento da população que, de fato, possa demonstrar se esta participação ocorre na prática. Para responder o problema de pesquisa, que discute qual o nível de participação de estudantes de pós-graduação em mecanismos de governo eletrônico e *accountability*, foi adotada uma metodologia do tipo *survey*, mediante aplicação de questionários e análise de uma amostra formada por 51 indivíduos, com coleta de dados ocorrida em Junho de 2010. O uso de uma amostra homogênea permitiu segregar os respondentes em função de um mesmo nível de envolvimento com o e-Gov, permitindo assim identificar o grau deste envolvimento em uma parcela da população. Os resultados obtidos nesta pesquisa corroboram as indicações de Pinho (2008), segundo as quais o problema da participação popular no governo eletrônico não está na falta de tecnologia, mas sim na cultura política do cidadão e do estágio de desenvolvimento da política nacional.

Palavras-chave: Participação popular, Accountability, Governo Eletrônico.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the degree of popular participation in the mechanisms of electronic government and accountability. The rationale and relevance of empirical research are in the gap between the emphasis has been given by the theory on the involvement of citizens in the exercise of political control of the government and one refers to a segment of the population, in fact, can show whether this participation occurs in practice. To answer the research problem, which discusses what level of participation of graduate students in e-government and mechanisms of accountability, we adopted a methodology of the survey type, through questionnaires and analysis of a sample formed by 51 individuals, with data collection occurred in June 2010. The use of a homogeneous sample allowed to segregate the respondents according to the same level of involvement with the e-Gov, thus identifying the degree of involvement in a portion of the population. The results of this study corroborate the indications of Pine (2008), whereby the problem of popular participation in e-government is not lack of technology, but in the political culture of the citizen and the stage of development of national policy.

Keywords: Popular participation, Accountability, E-Gov.

1. INTRODUÇÃO

A derrocada da União Soviética, juntamente com o bloco socialista, levaram ao fim do bipolarismo rígido, característico do sistema internacional no período da Guerra Fria. Dessa forma, o capitalismo consolidou-se como modo de produção por excelência em praticamente todo o mundo. Esse período ficou caracterizado pela transformação social e econômica que se chamou de processos de globalização, que tiveram no desenvolvimento das tecnologias ligadas à informação uma das suas principais características e se apresentam como os pontos de partida para se pensar a configuração do mundo, tal como ele é considerado hoje, do ponto de vista político, cultural, social e econômico.

Como foi considerado por Lévy (1999), novas formas de pensar e de conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática. Estas formas têm influenciado as relações entre as pessoas, o trabalho e, certamente, a interação entre cidadãos e Estado. De acordo com Cheveigné (2000), a emergência da mídia se deu em paralelo com a evolução da democracia e, também, da sociedade de massa, indo da imprensa escrita, rádio, televisão até a internet. A mídia se apresenta como uma base de mudanças para as coletividades cujas dimensões espaciais e numéricas tornam-se insuficientes para explicar as mudanças nas relações interpessoais. Essa nova configuração na circulação de informações repercute diretamente na relação Estado e Sociedade, principalmente na utilização de mecanismos de *accountability* e governo eletrônico.

As inovações tecnológicas são as grandes responsáveis pelo aumento da importância do discurso midiático. A internet e o computador são os principais responsáveis por essa mudança, pois, a partir deles, tornou-se possível a junção das diversas formas de comunicação (escrita, oral e audiovisual) em apenas um instrumento. Essa dinamização midiática foi muito importante para se configurar um novo tipo de relação entre os cidadãos e os governos em vários países (CASTELLS, 1999).

O novo cenário mundial fomenta o uso de novas tecnologias de informação por diversos atores da sociedade, como por exemplo, o governo, as empresas e os cidadãos. Segundo Sorj (2003), as novas tecnologias constituem uma das condições fundamentais da integração na vida social, facilitando a comunicação no contexto digital. O governo vem utilizando a internet como ferramenta tecnológica para possibilitar uma maior integração com os cidadãos, para que estes possam contribuir de maneira participativa na gestão pública e também para conferir-lhe um caráter *accountable*.

Inserido nesta conjuntura, este artigo tem o objetivo de analisar o grau de participação popular em mecanismos do governo eletrônico e *accountability*. A justificativa e relevância da pesquisa estão na lacuna empírica existente entre a ênfase que vem sendo dada pela teoria no envolvimento dos cidadãos no exercício do controle político do governo e uma consulta a um segmento da população que, de fato, possa demonstrar se esta participação ocorre de fato na prática. A problematização utilizada para nortear a construção desta pesquisa envolve a seguinte questão: qual o nível de participação de estudantes de pós-graduação em mecanismos de governo eletrônico e *accountability*?

O presente artigo está organizado em cinco capítulos: após esta seção, de caráter introdutório, é apresentada a fundamentação teórica – dividida em dois eixos: uma discussão do conceito de *accountability* e uma explanação sobre *e-Gov* e participação popular. Em seguida, procedimentos metodológicos apresentam o enfoque das técnicas adotadas, os procedimentos da pesquisa e o instrumento de coleta utilizado na consulta ao público. No capítulo de análise dos resultados – é apresentada uma análise fatorial das questões, com a finalidade de determinar dois tipos de perfis: pouco e muito envolvido com governo eletrônico e *accountability*. Por fim, as considerações finais apresentam os achados da pesquisa e indicações para futuras pesquisas, considerando as limitações do estudo atual.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sociedade, Estado e *Accountability*

Desde o pioneiro artigo de Campos (1990), onde a autora apresenta o conceito de *accountability* como a responsabilidade objetiva ou obrigação de responder por algo, houve consideráveis avanços no debate teórico desde então, convergindo para definições mais recentes nas quais tal conceito “supõe a obrigação de prestar contas, implica a possibilidade de sanção e compõe um subconjunto do repertório de práticas de controle interinstitucional e social”. (LAVALLE e CASTELLO, 2008, p. 68). Dito de outro modo, *accountability* “traz implicitamente a responsabilização pelos atos praticados e explicitamente a exigente prontidão para a prestação de contas, seja no âmbito público ou no privado”. (PINHO e SACRAMENTO, 2009, p. 1347).

Nos estudos de O'Donnel (1991) *accountability* está dividida em duas dimensões, de acordo com o lugar ocupado pelos atores em tal processo, a primeira denominada vertical, que diz respeito às ações realizadas individual e/ou coletivamente, com referência aos que, eleitos ou não, ocupam posições em instituições do Estado. Esta dimensão pressupõe uma relação de desigualdade entre cidadãos e representantes e se manifesta por meio das eleições, das reivindicações sociais livremente proferidas e mesmo da atuação da mídia divulgando-as. Já a dimensão horizontal se dá por meio das agências estatais legalmente habilitadas e autorizadas a supervisionar rotinas, podendo realizar desde sanções mínimas até o processo de *impeachment*, no que diz respeito a ações ou omissões, eventualmente qualificadas como ilegais, por agentes ou agências do Estado. Nessa dimensão a relação de desigualdade não está pressuposta, já que *accountability* se exerce por iniciativa das instituições clássicas do Executivo, Legislativo e do Judiciário, pelas agências de supervisão e as instâncias de fiscalização e prestação de contas ligadas ao próprio Estado.

Verificam-se também em Arato (2002) duas dimensões do conceito de *accountability*, desta vez divididas em legal, referindo-se aos representantes eleitos que, se infringirem a lei, devem responder e assumir a responsabilidade por seus atos. Esta dimensão é considerada uma condição indispensável para efetivação da *accountability* política. Esta última tem relevância direta na ligação entre representantes e representados, remetendo-se se à dimensão vertical de O'Donnel. Por sua vez, Schedler (1999) ressalta duas importantes características de *accountability*. A primeira é a capacidade de resposta (*answerability*), que corresponde a uma obrigação dos detentores de mandatos públicos informarem, explicarem e responderem por seus atos. A segunda é a possibilidade de punição (*enforcement*), diretamente relacionada à capacidade das agências governamentais de impor sanções e até mesmo a perda de poder para aqueles que violam os deveres públicos.

Uma terceira dimensão do conceito, denominada societal “é acionada por parte de atores coletivos em funções de representação que são desempenhadas *de jure* ou *de facto* perante o poder público e suas instâncias administrativas”. (LAVALLE e CASTELLO, 2008, p. 68). Para estes autores, esta dimensão possui duas perspectivas. A primeira diz respeito à responsividade (*responsiveness*) das organizações civis para buscar mecanismos internos de controle e sanção, o que pressupõe a busca de transparência de tais organizações para dentro delas e para a sociedade. Já a segunda face está relacionada às modalidades de controle que tais organizações exercem sobre o poder público e suas instâncias administrativas. Essa última tem sido bastante citada na produção dos autores e refere-se aos mecanismos que possibilitam o exercício do controle do Estado pelos cidadãos, a exemplo dos conselhos gestores de políticas públicas (conselhos da saúde, assistência social e defesa dos direitos da criança e do adolescente); do orçamento participativo, de ações legais, da participação em instâncias de monitoramento e denúncias na mídia.

A eficácia de mecanismos de *accountability* está intrinsecamente relacionada, não somente a um governo que leva em conta os interesses dos cidadãos, mas também às condições que estes têm de distinguir aqueles representantes que agem na produção de políticas públicas que atendam ao interesse coletivo daqueles que defendem interesses particulares. Ressalte-se então a importância do monitoramento e de uma pressão social organizada, essencialmente ligada ao conteúdo e implementação das políticas públicas. Esta forma de tensionar os governantes (por meio de ONG's, movimentos sociais, mídia, entre outros) caracteriza a *accountability* societal, que para funcionar, exige engajamento na participação política, pois “sem uma sociedade civil organizada, os gestores públicos não se sentirão obrigados a promover *accountability*” (PINHO e AKUTSU, 2002, p. 732).

A efetivação da dimensão societal na prática ainda pressupõe a superação de inúmeros desafios. Se, conforme em Campos (1990), ter *accountability* na Administração Pública é sinônimo, principalmente, de haver organização dos cidadãos para exercer o controle político governamental aliado à descentralização e transparência de seu aparato, é também verdade que *accountability* implica responsabilidade compartilhada, pois, para além do voto, cabe ao cidadão monitorar o desempenho dos seus representantes eleitos e demais agentes da gestão pública. Haja vista, o que está dito por Arato (2002, p. 103), donde “a pré-condição mais importante para que um sistema de *accountability* realmente funcione é a atividade dos cidadãos nos fóruns públicos democráticos e na sociedade civil”.

Se, por um lado, a atuação da sociedade civil é importante para exigir transparência, por outro é preciso considerar o papel dos representantes. O fortalecimento da democracia representativa depende, fundamentalmente, da plena *accountability* dos administradores públicos que, por sua vez, está intrinsecamente relacionada à superação da cultura patrimonialista e do desvio democrático, caracterizado em dias atuais pela democracia delegativa na sociedade brasileira. Tal plenitude, vale ressaltar, depende da publicização dos atos oficiais que, por sua natureza, é limitada, tanto em função do princípio da dignidade da pessoa humana, que protege a intimidade, a vida particular, a honra e a imagem das pessoas, quanto em função das Razões de Estado, que restringem a divulgação de informações que podem comprometer a segurança deste. (AKUTSU, 2005).

Não é difícil constatar que houve grandes alterações políticas, sociais e institucionais ocorridas desde o início da discussão de *accountability*, o que por sua vez levou ao amadurecimento da discussão teórica. Entretanto, tal processo não foi acompanhado por uma concreta aplicação de mecanismos de *accountability* na realidade brasileira. Alguns desafios à sua aplicabilidade permanecem, tanto do lado governamental quanto por parte dos cidadãos brasileiros, ressaltem-se: a incipiente participação popular; dificuldade em encontrar linguagem compreensível na publicização das informações; a falta de confiança nos representantes; ausência de identidade entre governantes e governados; o baixo grau de escolaridade de grande parte da população e a falta e assimetria das informações. De fato, nota-se que o país está ainda muito longe de construir uma verdadeira cultura de *accountability*. (PINHO e SACRAMENTO, 2009, p. 1365).

2.2 E-Gov e participação popular.

O governo eletrônico (e-Gov) deve ser encarado como uma exigência por parte dos governos principalmente no que se refere às questões econômicas e gerenciais (ROVER, 2008), enquanto forma de atender às necessidades impostas pela própria dinâmica, fruto da globalização e das novas tecnologias de informação, como afirma Agner (2007):

O projeto de governo eletrônico (e-Gov) procura se colocar na direção da capacitação do setor público para enfrentar desafios que se apresentam à sociedade

da Era Digital. Em um mundo conectado, é apresentado como um modelo de competência e de governança para o século XXI.

Rover (2008) enfatiza que os custos exigidos para a implementação do governo eletrônico não são poucos, mas que tem uma importância fundamental na eliminação dos suportes físicos das informações. Este autor ressalta também que não são apenas econômicos os benefícios advindos da implantação do *e-Gov*, a melhoria qualitativa da relação governo-sociedade civil tem um peso grande nesse processo.

Segundo Perri (2001 apud ROVER 2008, p. 11) o governo eletrônico apresenta várias faces, englobando o fornecimento de Serviços Eletrônicos (atividade dividida em três categorias, basicamente girando em torno das transações entre os próprios governos, e das relações entre os governos e fornecedores e os seus cidadãos), *e-governance* (suporte para elaboração de políticas públicas e tomada de decisão), Democracia Eletrônica (voto eletrônico, consulta e participação online da sociedade civil).

Já Backus (2001), cita de forma mais simplificada que governo eletrônico refere-se a processos e estruturas necessárias à disponibilização de serviços por meios eletrônicos à população e interação com os agentes que possuem relações com o governo, por exemplo: empresas, organizações não-governamentais, outras esferas do governo, etc.

Existem pesquisas realizadas pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) sobre a situação dos estados-membros através da metodologia do Governo Eletrônico. A ONU considera importante a ampla participação da sociedade e também a legibilidade dos sites. O Brasil está na 45ª posição nas pesquisas de uma amostra de 191 estados-membros, o que evidencia que o país caminha em direção ao esperado de uso do *e-Gov*. No entanto, é preciso que a população tenha acesso a esses serviços *on line* para que haja a efetiva participação popular incluídas na era digital, pois sem esta base a finalidade do *e-Gov* fica comprometida.

No que diz respeito à participação popular no âmbito da democracia, o cenário que se desenha tende a não ser dos melhores. De acordo com Gomes (2005), as sociedades contemporâneas estão passando por um processo de déficit democrático, em outras palavras, falta de participação popular na esfera política, havendo desta forma um distanciamento, onde a esfera política se aproximaria da esfera civil apenas no período de renovação dos mandatos para escolher quem seriam os seus representantes e, conseqüentemente, os envolvidos no processo de formação das decisões políticas.

Ainda de acordo com Gomes (2005) são necessárias algumas condições para que haja uma verdadeira participação política da sociedade civil nas democracias contemporâneas, são elas: cognitivas, culturais e instrumentais. A dimensão cognitiva recai sobre as questões relacionadas à própria informação e conhecimento da população; a dimensão cultural está relacionada às representações e valores compartilhados dentro das sociedades, por fim, a dimensão instrumental enfoca os meios e as oportunidades de participação. É nesta que se evidencia a participação das TIC's enquanto instrumento que apresenta características capazes de melhorar a participação civil nas decisões políticas.

A utilização das TIC's enquanto instrumento para melhoria dessa participação política da sociedade civil nas decisões tomadas pelo Estado está, de acordo com Silva (2005), pautada na maior horizontalidade de interação dessas novas tecnologias em relação aos instrumentos anteriores como rádio e televisão. A interatividade também é a característica principal levantada por Castells (2003) para a diferenciação dessas novas tecnologias e meio de comunicação em relação aos seus antecessores. Outras características também são levadas em consideração na diferenciação das TIC's com outros meios de comunicação, como a sua capacidade multidirecional, possibilidade de conexão instantânea, diminuição da noção de

distâncias e a grande quantidade de informações disponíveis a um baixo custo. (BARBER, 2004 apud SCHLEGEL, 2009).

De acordo com Castells (2005) essa interação entre sociedade civil e o Estado acaba por se tornar retórica, em função da forma como o governo utiliza essas novas ferramentas, ou seja, a dinâmica imposta por estes dentro das TIC's recai basicamente sobre a simples exposição de informações de suas atividades e, por conseguinte, não utilizam a capacidade total dessas tecnologias. No caso do Brasil, muitas das ferramentas de e-Gov desenvolvidas pelos entes federativos apresentam como principal beneficiário o próprio Estado, devido ao fato de que grande parte dessas ferramentas é desenvolvida dentro das áreas ligadas a facilitação da arrecadação estatal, enquanto que os serviços demandados pela população ainda não são disponibilizados dentro dessa plataforma de forma adequada. (LOPES, 2010).

Um ponto muito importante que deve ser levado em consideração ao se falar do uso das TIC's no campo da democracia, especialmente no Brasil, é a exclusão digital. De acordo com Schlegel (2009), no campo da política as TIC's poderiam aumentar as diferenças entre as classes sociais e entre os que têm maior disponibilidade e capacidade de participação da política e os que não têm essa capacidade. Essa possibilidade de aumento entre as diferenças é resultado, justamente, da sobreposição entre os grupos, ou seja, as classes mais altas e os grupos com maior capacidade de participação política englobam o mesmo conjunto da população. Assim, os mais ricos além de terem maior participação por meio das formas tradicionais, também teriam mais possibilidade dentro da plataforma digital, pelo fato de terem mais acesso à internet e demais tecnologias correlatas. Outro ponto levantado pelo autor é que a renda não é o único fator que pesa no processo de exclusão digital, questões ligadas à escolaridade, ocupação, gênero, etnia, dentre outras, também pesam nesse processo. A questão que fica em relação a este ponto envolve qual seria a real sociedade civil enquadrada dentro dessa lógica de participação social nos processos decisórios dos governos?

Dessa forma, a partir dos pontos apresentados em relação ao uso das TIC's, enquanto mecanismo para potencializar a participação popular, fica evidente a possibilidade técnica e o incremento que essas tecnologias permitem gerar no âmbito da democracia, embora também fique evidente a incapacidade, tanto do lado dos governos quanto do lado da sociedade civil em conseguir ultrapassar a crise existente da própria democracia e dessa forma poder utilizar em toda a sua possibilidade os novos mecanismos de informações e comunicação (CASTELLS, 2005).

Raciocínio similar é apresentado por Dahlgren, quando ele afirma que:

“a questão hoje não é tanto como a internet vai mudar a vida política, mas, sobretudo, o que pode motivar mais pessoas a ver-se como cidadãos de uma democracia, a envolver-se na política e – para aqueles que têm acesso – a empregar as possibilidades que a rede ainda oferece. Algumas respostas deverão ser encontradas na rede mesma, mas a maioria reside nas nossas circunstâncias sociais” (DAHLGREN, 2001 apud GOMES, 2005).

Assim, as TIC's acabam por não serem utilizadas dentro das suas potencialidades pelos governos e, tampouco, o são pela sociedade. Enquanto o governo não aplica ou desenvolve mecanismos mais avançados no intuito de se tornar mais eficiente e mais transparente, a sociedade civil se mantém alheia às decisões governamentais, em função do déficit democrático apontado acima.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo da eventual presença do grau de participação popular em mecanismos do governo eletrônico e *accountability* foi realizado mediante a análise de uma amostra formada por 51 respondentes, dentre 106 estudantes de pós-graduação, de uma instituição federal de ensino superior, que receberam o questionário por e-mail em junho de 2010. A amostra foi composta por alunos de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e de Doutorado de uma faculdade da referida instituição. O uso de uma amostra homogênea permitiu segregar os respondentes em função de um mesmo nível de envolvimento com o e-Gov, permitindo assim identificar o grau deste envolvimento em uma parcela da população.

O tamanho da amostra seguiu a sugestão de Hair et al. (1998) com não menos que 30 sujeitos por célula de pesquisa, com as células apresentando quantidade próxima de observações. Como uma parte do estudo buscou confrontar os resultados dos respondentes, com alto e baixo envolvimento com as práticas de e-Gov e *accountability*, a aplicação de questionário para a realização dos testes é bastante pertinente para este tipo de pesquisa.

Etapa 1. O survey propriamente dito. Foi elaborado um questionário, posteriormente enviado por e-mail, contendo doze perguntas distintas. O instrumento de coleta foi criado com o objetivo de provocar uma situação de reflexão sobre a participação do respondente na gestão pública através de meios eletrônicos. Ressalta-se que esta pesquisa envolve governo eletrônico, portanto, todas as questões foram direcionadas para o objetivo mencionado, logo, pretende-se mensurar o grau de participação popular no governo eletrônico, desconsiderando assim, todas as outras formas de envolvimento com a administração pública.

A escolha pela discussão da participação popular no e-Gov, a partir de uma amostra de estudantes de Mestrado e Doutorado, se deu pelo fato da relevância do grau de instrução, quantidade de anos de estudo e mesmo da inserção social, acadêmica e profissional que se espera encontrar em tal público. A ideia de realizar a pesquisa com esse público se justifica justamente pelo potencial de participação no e-Gov que se poderia esperar, a priori, de uma amostra tão seleta.

A revisão da literatura revelou o escopo das principais dificuldades de implementação de e-Gov e *Accountability*, tanto do ponto de vista do Estado, quanto da perspectiva dos cidadãos. Então, interessou a este estudo, verificar na prática, o grau de participação que vem ocorrendo por parte da sociedade, selecionando para isso, um público com condições potenciais de exercê-la de fato. Ademais, durante a elaboração do instrumento e seleção da amostra, não se perdeu de vista a possibilidade da pesquisa constatar a ocorrência de uma participação incipiente neste público ou mesmo da não participação.

Para cada pergunta, foram apresentadas alternativas, algumas em escala *likert* outras com resposta simples (sim ou não). O respondente deveria escolher apenas uma das alternativas, com exceção da 9ª questão. As perguntas que compuseram o questionário estão apresentadas no quadro seguinte:

[1] Com relação ao uso da internet, com qual frequência você a utiliza para acessar informações de autoridades e órgão públicos. Nunca [1] [2] [3] [4] [5] Sempre
[2] Com relação ao uso da internet, com qual frequência você a utiliza para enviar e-mails e formulários oficiais (questionando; criticando ou pressionando) para órgãos públicos e ou dirigentes. Nunca [1] [2] [3] [4] [5] Sempre

[3] Com relação ao uso da internet, com qual frequência você a utiliza para buscar informações sobre direitos (do consumidor, do trabalhador, benefícios sociais, etc). Nunca [1] [2] [3] [4] [5] Sempre
[4] Com relação ao uso da internet, com qual frequência você a utiliza para acompanhar prestação de contas em qualquer âmbito governamental (portal da transparência. Nunca [1] [2] [3] [4] [5] Sempre
[5] Você acredita que a internet está causando um incremento na democracia (participação popular)? [Sim] [Não]
[6] Você se considera um cidadão participativo no contexto do governo eletrônico? [Sim] [Não]
[7] Você se relaciona por e-mail com os membros do Legislativo (Vereadores, Deputados e Senadores)? Caso a resposta seja "Não", ignore a pergunta 8. [Sim] [Não]
[8] Já teve algum retorno desses membros? [Sim] [Não]
[9] Você usa a internet para se informar sobre a política através de: (Pode ser assinalada mais de uma alternativa): [Jornais Online] [Blogs] [Sites de gestores públicos] [Sites institucionais] [Não me interessa pelo assunto]
[10] Você acredita que o meio digital contribui na formação política? [Sim] [Não]
[11] Você se interessa pela política somente perto das eleições? [Sim] [Não]
[12] Você tem alguma filiação a partidos políticos? [Sim] [Não]

Quadro 1. Survey para a mensuração do grau de participação popular.

Etapa 2. Características demográficas do respondente. A segunda parte do formulário apresentou perguntas com o objetivo de classificar o respondente segundo o curso, o gênero e a idade.

Uma parte importante da análise dos dados envolveu a validação desta escala, o que demandou o uso de testes sobre sua: (1.) Dimensionalidade, realizada mediante o uso da Análise fatorial, empregando (a) Componentes principais, (b) Índice KMO e (c) Teste de esfericidade de Bartlett; (2.) Confiabilidade, por meio do Alfa de Cronbach; e (3.) Convergência, por meio do estudo dos Coeficientes de Spearman. Em relação à preferência pelo uso dos coeficientes de Spearman, a justificativa se dá em função das variáveis analisadas não serem normalmente distribuídas, conforme revelou a aplicação do teste Z de Kolmogorov-Smirnov. As escalas foram validadas com base nos procedimentos recomendados por Netemeyer et al. (2003) e Hair et. al. (1998).

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

As características qualitativas da amostra analisada estão presentes na Tabela 1. A análise do curso dos respondentes indicou que 49% são alunos de Mestrado Acadêmico, aproximadamente 29% são de Mestrado Profissional e quase 22% dos respondentes são alunos de Doutorado. Como um dos objetivos do estudo buscou comparar resultados de estudantes de pós-graduação com alto e baixo envolvimento com governo eletrônico, a dispersão dos respondentes é coerente e desejada. Em relação ao gênero, cerca de 43% dos respondentes eram do sexo feminino e 57%, aproximadamente, do sexo masculino. Em relação à idade, aproximadamente 35% dos respondentes apresentavam entre 20 e 29 anos.

Tabela 1. Frequências das características qualitativas da amostra.

Curso	Fi	Gênero	Fi	Idade	Fi
Mestrado Profissional	15	Feminino	22	Entre 20 e 29 anos	18
Mestrado Acadêmico	25	Masculino	29	Entre 30 e 39 anos	16
Doutorado	11			Entre 40 e 49 anos	10
				Entre 50 e 59 anos	07
Soma	51		51		51

A segunda etapa da análise de resultados validou a escala proposta para a mensuração do nível de envolvimento com *e-Gov*. Uma análise fatorial de componentes principais das respostas ao bloco de onze afirmações forneceu os resultados da Tabela 2, das doze questões a nona foi excluída desta análise por não ser uma variável numérica, por isso, foram utilizadas somente onze afirmações. Percebe-se que três componentes apresentaram autovalor maior que 1 (um), indicando a existência de três dimensões.

Tabela 2. Análise fatorial das afirmações sobre práticas orçamentárias.

Componente	Autovalores Iniciais			Extração da Soma dos Carregamentos Quadráticos		
	Total	% de Variância	Cumulativo %	Total	% de Variância	Cumulativo %
1	4,839	43,993	43,993	4,839	43,993	43,993
2	1,700	15,455	59,447	1,700	15,455	59,447
3	1,442	13,108	72,556	1,442	13,108	72,556
4	,926	8,422	80,977			
5	,651	5,922	86,900			
6	,521	4,734	91,634			
7	,485	4,413	96,047			
8	,239	2,176	98,223			
9	,101	,916	99,139			
10	,063	,569	99,708			
11	,032	,292	100,000			

Método de Extração: análise de componentes principais.

A análise dos componentes principais indicou que o primeiro componente seria formado pelos quesitos a, b, c, d, e, g, h e i, conforme destaca a Tabela 3.

Tabela 3. Componentes principais.

Quesitos	Componente		
	1	2	3
A	,760	-,254	,499

B	,855	,086	,264
C	,774	-,308	,292
D	,772	,177	,000
E	,571	-,331	-,595
F	,181	,669	-,251
G	,730	,357	-,115
H	,669	,461	,392
I	,679	-,263	-,300
J	,262	,622	-,377
K	-,682	,386	,471

Método de Extração: Análise de Componentes Principais, com três componentes extraídos.

Os valores apresentados na Tabela 3 indicam que oito dos onze quesitos propostos se encontram associados ao Componente 1. Assim, os quesitos a, b, c, d, e, g, h e i, foram selecionados para compor a escala denominada grau de participação em governo eletrônico e *accountability*. É importante destacar que os quesitos envolvem diversos aspectos relativos ao e-Gov (a), envolve a busca de informação via internet de autoridades e órgãos públicos, (b) envio de formulários para reclamações, informações e críticas aos órgãos, (c) a busca de informações sobre direitos e deveres, (d) acompanha a prestação de contas, (e) se a internet incrementa a democracia, (g) envio de emails a representantes no legislativo, (h) se estes políticos retornaram o contato e (i) meio digital contribui na formação política. Os quesitos f, j e k foram eliminados da escala por não segregarem uma quantidade mínima de ítems.

A escala foi testada em relação à sua dimensionalidade, confiabilidade e convergência. Sobre a análise da dimensionalidade, constatou-se que a homogeneidade foi assegurada e a análise fatorial considerou as escalas apropriadas, com um único autovalor (Componente 1). A partir do tratamento estatístico, por meio do software SPSS, a análise de componentes principais indicou a presença de um único autovalor (2,089). O Índice KMO obtido foi igual a 0,686, o que significa, que a amostra selecionada é considerada desejável. O teste de esfericidade de Bartlett apresentou qui-quadrado igual a 70,967, com nível de significância igual 0,000, ou seja, a amostra se configurou como altamente significativa.

Sobre a análise da confiabilidade, em linhas gerais, o valor do alfa de Cronbach permitiu aceitar a escala como confiável (alfa igual a 0,856). A análise da convergência dos quesitos por meio da análise de correlações cruzadas com o uso de coeficientes de Spearman indicou valores positivos e significativos conforme apresenta a Tabela 4.

Tabela 4. Matriz com correlações cruzadas de Spearman.

		a	b	c	d	e	g	h	i
a	Coeficiente de Correlação	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
	Significativo . (Bicaudal)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	48	48	48	48	48	48	48	48

b	Coeficiente de Correlação	,544	,544	,544	,544	,544	,544	,544	,544
	Significativo . (Bicaudal)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	48	48	48	48	48	48	48	48
c	Coeficiente de Correlação	,580	,580	,580	,580	,580	,580	,580	,580
	Significativo . (Bicaudal)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	48	48	48	48	48	48	48	48
d	Coeficiente de Correlação	,550	,550	,550	,550	,550	,550	,550	,550
	Significativo . (Bicaudal)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	48	48	48	48	48	48	48	48
	Coeficiente de Correlação	,043	,043	,043	,043	,043	,043	,043	,043
e	Significativo . (Bicaudal)	,771	,771	,771	,771	,771	,771	,771	,771
	N	48	48	48	48	48	48	48	48
	Coeficiente de Correlação	,088	,088	,088	,088	,088	,088	,088	,088
g	Significativo . (Bicaudal)	,554	,554	,554	,554	,554	,554	,554	,554
	N	47	47	47	47	47	47	47	47
	Coeficiente de Correlação	,563	,563	,563	,563	,563	,563	,563	,563
h	Significativo . (Bicaudal)	,019	,019	,019	,019	,019	,019	,019	,019
	N	17	17	17	17	17	17	17	17
	Coeficiente de Correlação	,165	,165	,165	,165	,165	,165	,165	,165
i	Significativo . (Bicaudal)	,261	,261	,261	,261	,261	,261	,261	,261
	N	48	48	48	48	48	48	48	48

* A correlação é significativa de nível até 0.05 (Bicaudal).

** A correlação é significativa de nível até 0.01 (Bicaudal).

Assim, a escala grau de envolvimento com o governo eletrônico foi criada. Os valores da escala corresponderam à média dos pontos assinalados nos quesitos a, b, c, d, e, g, h e i. Posteriormente, os valores da escala foram agrupados. De acordo com as estatísticas descritivas da Tabela 5, se o envolvimento com *e-Gov* apresentou valor igual ou menor a 2,71, o respondente foi classificado como sendo possuidor de baixo envolvimento. Se este valor era igual ou superior a 3,58, o respondente foi classificado como sendo possuidor de alto envolvimento.

Tabela 5. Estatísticas descritivas da escala grau de envolvimento com o *e-Gov*.

Grau de envolvimento	Baixo	Médio	Alto	Todos
N	32	11	08	51
Média	2,19	3,11	4,20	3,26
Mediana	2,14	3,15	4,14	3,14
Variância	0,21	0,06	0,34	1,17
Desvio Padrão	0,39	0,21	0,48	0,92
Mínimo	1,29	2,86	3,58	1,29
Máximo	2,71	3,43	5,00	5,00
Intervalo	1,43	0,57	1,43	3,71
Intervalo Interquartilico	0,61	0,44	0,89	1,29
Assimetria	(0,31)	0,06	0,27	0,08
Curtose	(0,38)	(0,93)	(0,88)	(0,45)

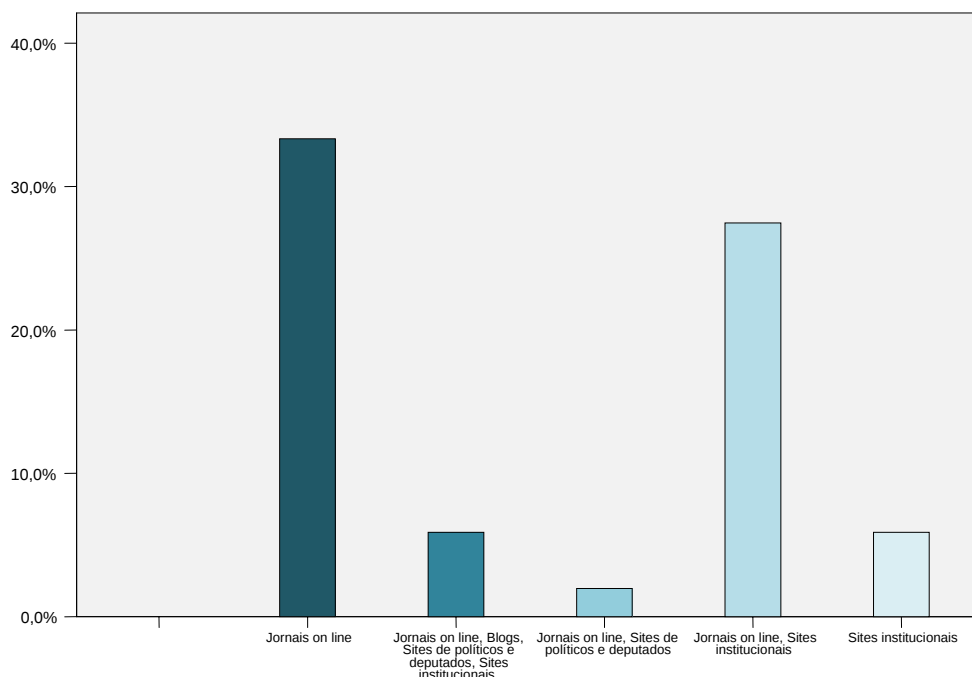
Portanto, conforme revelam os números da Tabela 6, os resultados dos testes t para a igualdade de médias do envolvimento com *e-Gov* e *accountability* dos respondentes com alto e baixo graus de envolvimento foram considerados significativos.

Tabela 6. Resultados dos testes de hipóteses para a igualdade de médias (alto versus baixo envolvimento com o processo orçamentário).

Variâncias assumidas como sendo	Teste de Levene para igualdade de variâncias		T teste para igualdade de médias						
	F	Sig	T	df	Sig	Diferença	Erro padrão	Inferior	Superior
Iguais	0,7023	0,000	(1,0873)	85,0000	0,000	(0,7954)	1,689	(15,9898)	4,7950
Desiguais			(1,0589)	83,6079	0,000	(0,7954)	1,894	(15,8121)	4,6173

A presença de significância pode ser explicada pelo tamanho e homogeneidade da amostra, já em relação à pergunta 9, excluída da análise fatorial, por justificativa anteriormente mencionada, percebe-se que mais de 30% dos respondentes escolheram exclusivamente jornais *on line* enquanto associados aos sites institucionais foram indicados por quase o mesmo percentual. Constatou-se ainda que blogs e sites dos políticos foram rejeitados pela maioria dos respondentes.

Gráfico 1. Meios adotados para se informar sobre política.



Os resultados obtidos nesta pesquisa corroboram as indicações de Pinho (2008), segundo as quais o problema da participação popular no governo eletrônico não está na falta de tecnologia, mas sim na cultura política do cidadão e do estágio de desenvolvimento da política nacional. Portanto, a despeito da existência de muita tecnologia, que ainda pode, e deve ser ampliada, ainda há pouca democracia, já que a tecnologia que poderia ser usada para o aperfeiçoamento democrático não é mobilizada nesse sentido, conforme resultados encontrados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, principalmente da análise e apresentação dos dados coletados nessa pesquisa, verificou-se que embora a delimitação da amostra tenha sido feita com pessoas de alto grau de instrução, considerando que o número de brasileiros que têm acesso a programas de pós-graduação é bastante reduzido, levando-se em conta a população total do país, o resultado da pesquisa, disposto mais explicitamente na Tabela 5, demonstra que do total de pessoas que responderam ao questionário, cerca de 63% apresentam um baixo nível de participação e envolvimento com as práticas de governo eletrônico e que apenas 15,7% destes possui alto nível de inclusão e participação.

Embora pelas características e delimitações do próprio estudo, principalmente em relação à escolha da amostra a ser trabalhada, que inviabiliza a possibilidade de afirmações acerca da população de uma maneira geral, esta pesquisa permite o desenvolvimento de *insights* que recaem sobre o objeto deste estudo e que aparece bastante claro na amostra estudada (constituída de pessoas com níveis de instrução e padrões econômicos bem acima da média brasileira e, conseqüentemente, detentores de massa crítica e informações suficientes para participar mais ativamente no seu papel de cidadão).

Mais uma vez, o discurso recai sobre a incapacidade dos atores envolvidos no processo democrático de se posicionarem de maneira a permitir o real potencial das TIC's, das ferramentas de e-Gov, da real absorção do sentido da *accountability* na e pela sociedade e governos. Essas amarras no desenvolvimento de novas dinâmicas de interação entre Estado e sociedade devem ser, cada vez mais, exploradas pelos estudiosos do assunto, já que as ferramentas existem e têm capacidade de fornecer as bases necessárias para a construção de uma relação de mão-dupla entre Estados e sociedade civil.

Algumas limitações importantes do estudo merecem atenção. Em primeiro lugar, conforme discutido na exposição dos procedimentos metodológicos, a amostra utilizada obedeceu a critérios de conveniência, em função do arcabouço do *survey*, contudo, envolveu um restrito grupo de respondentes, necessitando que próximas pesquisas envolvam grupos diferentes, a fim de analisar como os resultados se comportam.

Estudos futuros são indispensáveis no sentido de investigar essa relação, para que se possa melhor avaliar até que ponto há uma interligação entre tecnologia e participação popular, envolvendo a perspectiva do e-Gov. A apresentação destas limitações aponta para o fato de que a presente pesquisa, de caráter inovador, pode ser considerada um embrião para estudos futuros nesta área, no meio acadêmico brasileiro. Considerações sobre possibilidade de pesquisas futuras partem do fato de que a quase totalidade dos estudos sobre governo eletrônico e *accountability* ainda é um campo com pouca aplicação no contexto nacional.

REFERÊNCIAS

AGNER, Luiz. **Arquitetura de informação e Governo Eletrônico**. Tese apresentada no programa de doutorado em Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.agner.com.br/2008/01/30/arquitetura-deinformacao-e-governo-eletronico-tese-baixe-na-integra>>. Acesso em julho de 2010.

AKUTSU, L.; PINHO, J. A. G. **Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais do governo**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, FGV, v. 36, n. 5, p. 723-45, set./out. 2002.

_____. **Portais de Governo no Brasil: accountability e democracia delegativa**. In: Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, X, 2005, Santiago, Chile. Anais... CLAD, 2005.

ARATO, A. **Representação e soberania popular e accountability**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, CEDEC, n. 55/56, p. 85-103, 2002.

BACKUS, M. E-Governance and Developing Countries, In: **Research Report**, Nr. 3, Abril de 2001. Disponível < http://www.ebape.fgv.br/e_government/asp/dsp_home.asp >. Acesso em julho de 2010.

BOGEA, Felipe; BARROS, Lucas A. **Processo de tomada de decisão do investidor individual brasileiro no mercado acionário nacional: um estudo exploratório enfocando o efeito disposição e os vieses da ancoragem e do excesso de confiança**. *Gestão & Regionalidade*. v. 24. n. 71. Edição Especial. XI Semead, 2008.

CAMPOS, Ana Maria. **Accountability: Quando poderemos traduzi-la para o Português?** Revista de Administração Pública. Vol. 24, n. 2, p. 30-50, fev./abr. 1990.

CASTELLS, Manuel, **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade/ tradução, Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica, Paulo Vaz.** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **A sociedade em rede.** (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1) São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CHEVEIGNÉ, Suzanne de. **L'environnement dans le journaux télévisés : médiateurs et visions du monde,** Paris, CNRS Éditions, 2000.

ELLIOTT, W. Brooke; HODGE, Frank D.; KENNEDY, Jane J.; PRONK, Maarten. **Are MBA students a good proxy for nonprofessional investors?** *The Accounting Review.* v. 82, n. 1, p.139-168, jan. 2007.

GOMES, Wilson. **Internet e participação política em sociedades democráticas,** Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 27, agosto, 2005.

HAIR, Joseph F.; BLACK, William C.; BABIN, Barry J.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L.; **Multivariate data analysis.** 5. ed. New Jersey: Pearson, 1999.

LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G. **Sociedade civil, representação e a dupla face da accountability:** cidade do México e São Paulo. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 52, p. 67-86, 2008.

LEVY, Pierre. **Cibercultura.** SP. Editora 34. 1999.

LIYANARACHCHI, Gregory A. and MILNE, Markus J. **Comparing the investment decisions of accounting practitioners and students:** an empirical study on the adequacy of student surrogates. *Accounting Forum,* v. 29, p. 121-35, 2005.

LOPES, Áurea. **A sociedade espera a sua vez.** ARede, Abril, 2010.

MIGUEL, L. F. **Accountability impasses:** dilemmas and alternatives of political representation. Revista de Sociologia e Política, v. 2, p. 25-38, 2005.

NETEMEYER, Richard G.; BEARDEN, William O.; SHARMA, Subhash. **Scaling procedures:** Issues and Applications. SAGE, 2003.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia delegativa?** Novos Estudos, São Paulo, n. 31, p. 25-40, out. 1991.

PINHO, J. A. G; SACRAMENTO, A. R. S. **Accountability:** já podemos traduzi-la para o português? Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, n43, p.1343-1368, nov/dez.2009.

_____. **Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil:** muita tecnologia, pouca democracia. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, n.42, p.471-493, maio/jun, 2008.

ROVER, Aires José. **O Governo Eletrônico e a Inclusão Digital:** Duas faces da mesma moeda chamada democracia. Inclusão digital e governo eletrônico, Zaragoza: Prensas Universitarias, 2008, 322 p. (Lefis Series).

SCHEDLER, Andreas. **Conceptualizing accountability.** In: SCHEDLER, A.; DIAMOND, L.; PLATTNER, M. F. (Eds.). The self-restraining state. Power and accountability in new democracies. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1999.

SCHLEGEL, Rogerio, **Internauta brasileiro:** perfil diferenciado, opiniões indiferenciadas, Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 34, p. 137-157, out. 2009.

SILVA, Sivaldo Pereira da, **Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras,** Opinião Pública, Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, p. 450-468, 2005.

VIEIRA, Jorge Blascoviski. **Estado, sociedade civil e accountability.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 1, n. 26, p.605-626, jun. 2005. Mensal.